

POLÍTICAS EDUCATIVAS E TRABALHO
DOCENTE: o caso de um programa de intervenção pedagógica
no Rio Grande do Sul.

SOUZA, Fernanda Amaral de¹; HYPOLITO, Alvaro Moreira²

*1 Mestre em Educação (FaE/UFPel) e Professora da rede pública estadual do Rio Grande do Sul-
ferasouza2@hotmail.com*

*2 Doutor em Educação e Professor da Faculdade de Educação da UFPEL
alvaro.hypolito@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este resumo baseia-se nos dados de pesquisa realizada na minha dissertação de Mestrado e se referem ao capítulo sobre o Trabalho docente, no qual são abordadas as categorias Autonomia e Controle docente. Autonomia é entendida neste trabalho como uma liberdade do docente no seu saber fazer pedagógico, controlando o processo pedagógico e produzindo efeitos no discurso pedagógico diferentes do discurso oficial e Controle na perspectiva de Bernstein é entendido como regulação estatal tanto sobre o discurso pedagógico como sobre o alcance de suas práticas e contextos das políticas educativas sobre o fazer docente.

O objeto desta pesquisa refere-se à parceria público-privada na educação estabelecida entre o Instituto Alfa e Beto e o governo do Estado do Rio Grande do Sul na gestão 2007-2010.

Este programa de alfabetização e outros foram adotados visando à construção da matriz de competências e habilidades cognitivas em Leitura/Escrita e Matemática para assegurar a alfabetização em um ou, no máximo, dois anos letivos, aos seis (6) ou sete (7) anos de idade (RIO GRANDE DO SUL, 2008). Este espaço se destina a apresentação do tema do trabalho.

O problema de pesquisa consistiu em observar que efeitos o programa de intervenção pedagógica (Alfa e Beto), de cunho privado, instituído na escola pública estadual podem ter sobre a autonomia e o controle do trabalho docente?

A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas estaduais da região sul do estado, uma localizada no município de Pelotas, denominada ALFA, e outra no município de Santa Vitória do Palmar, denominada BETO. O objetivo foi analisar o Programa Alfa e Beto, em duas Escolas Públicas Estaduais, para compreender como os docentes percebem seu trabalho neste programa de intervenção analisando o controle sobre o trabalho docente e que efeitos ele tem sobre a autonomia das professoras integrantes do programa de intervenção pedagógica Alfa e Beto.

A escola vive momentos de muitas contradições, pois ao mesmo tempo em que se exigem professores e alunos reflexivos, se instituem Programas de Intervenção Pedagógica como o Alfa e Beto com material e aulas já prontos e formatados.

Assim, a escola que preparou o trabalhador para um processo de trabalho baseado no paradigma industrial, que foi o fordismo, com a rígida separação entre a concepção do trabalho e a execução padronizada das tarefas, deixou de atender às demandas de uma nova etapa do capital (Maués, 2003, p.12). Essa escola passou a ser criticada e responsabilizada pelo insucesso escolar, pelo

despreparo dos alunos ao término dos estudos, pela desvinculação dos conteúdos ensinados e às novas demandas oriundas do mundo do trabalho assentado no paradigma informacional. Da mesma forma, os professores passaram a sofrer profundas críticas.

Com a parceria Estado x IAB (Instituto Alfa e Beto) essa separação do trabalho aparece claramente, inclusive com forte controle sobre o trabalho docente. Hypolito (1997) já citava que exemplo típico de controle é a imposição do livro didático, com conteúdos programáticos previamente estabelecidos, acompanhados de um cronograma que deve ser, em muitos casos, rigorosamente cumpridos. Assim, ocorre a alienação do professor em relação aos fins da educação e fica explícita a divisão do pensar e do executar, justificando-se assim a necessidade de tantos supervisores técnicos e especialistas, o que antes era realizado pelos próprios professores.

No mundo atual, com a globalização e o novo papel dos organismos internacionais, os profissionais da educação passam a ter um papel fundamental como executores das políticas educacionais elaboradas como meio de ajustar a educação às exigências do mercado (Maués, 2003). Conforme o autor, esses profissionais sofrem um processo que pode ir da satanização à deificação, dependendo da obediência ou não ao receituário proposto.

Segundo Santos (1989, p. 27), na relação onde ocorre o trabalho docente existe uma divisão entre os trabalhadores e a organização desse processo havendo, portanto, uma cisão entre os trabalhadores do ensino e a organização do processo de trabalho. Uma cisão entre o trabalhador e os meios ou instrumentos de trabalho. Conseqüentemente, os diferentes tipos de inter-relacionamentos entre os professores e entre os professores e alunos assumem uma forma específica de submissão dos elementos humanos aos elementos tecnológicos materiais.

Conforme Damasceno (2010), as práticas pedagógicas consideradas mais "modernas" levam os docentes a substituírem suas formas costumeiras de trabalhar por outras, ressignificando antigas concepções, pois, na atual configuração assumida pelo trabalho docente, para serem vistos como profissionais competentes, eles têm que demonstrar serem eficientes, sendo necessário para isso, apresentar altos índices de produtividade.

Com essa forma de gestão gerencialista nas políticas públicas e nas políticas educacionais no Estado do RS, com a descentralização dos meios, mas com forte rigor e controle nos fins, é que o trabalho docente está submetido, ou seja, há uma falsa democratização como forma de manter a hegemonia e o poder sujeitando o trabalho docente à função de "cumpridor de tarefas".

O novo gerencialismo precisa ser compreendido como uma rede de controle total, que busca padronizar tanto as práticas docentes, como as concepções do fazer educativo. Com o novo modelo de gestão, aprofunda-se a separação entre concepção e execução. (DEL PINO; VIEIRA; HYPOLITO, 2009)

2. MATERIAL E MÉTODOS

A investigação utiliza uma abordagem que busca compreender as políticas não somente como políticas macro, estruturadas e escritas em textos legais e como políticas de estado a serem desenvolvidas, mas também como políticas em ação, que se recontextualizam e são construídas e reconstruídas em diferentes contextos, pelos sujeitos e atores envolvidos nas práticas escolares (Bernstein, 1998; Ball, 2005).

Para tanto, os procedimentos metodológicos incluíram duas estratégias: a) a análise de documentos oficiais e materiais do Alfa e Beto; e b) estudos em duas escolas para investigar a implantação dessas políticas em diferentes contextos, o que possibilitou uma apreensão de diferentes visões de atores em situação de contestação, por meio de entrevistas com professoras e gestores.

A coleta de dados para a pesquisa documental foi feita a partir de sites oficiais e materiais obtidos nas escolas. A pesquisa de dados empíricos foi desenvolvida por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados com as professoras, com diretor e supervisor da escola Alfa, com diretor da escola Beto e coordenador do programa Alfa e Beto nas 5ª e 18ª Coordenadorias de Educação, e, por fim, como já mencionado, pela análise dos textos e documentos oficiais.

A análise dos dados tanto da pesquisa documental quanto dos dados qualitativos das entrevistas foi feita utilizando a análise de conteúdo. Para tanto, foi eleita a categoria temática Controle e Autonomia a fim de descrever, interpretar e compreender o objeto.

A professora da escola Alfa será chamada de Rosa e a da escola Beto de Margarida. Ambas estavam atuando no segundo ano de alfabetização em 2010. .

Quanto aos gestores, optei por entrevistar os diretores das escolas, sendo que na escola Alfa também foi entrevistada a supervisora e as coordenadoras das CRE, responsáveis pelo programa nas escolas Alfa e Beto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A relação de poder é visivelmente encontrada nas Parcerias Público-Privadas, especialmente no Alfa e Beto, um Programa bem estruturado, com dias, atividades e tempos estabelecidos para a execução das tarefas, em que as professoras saem das reuniões de Capacitação com as aulas praticamente prontas e com um Supervisor designado pela SEC para desempenhar o controle.

O Programa de Intervenção Pedagógica de Alfabetização Alfa e Beto tem a característica de ser um programa estruturado, consistente, com diversos manuais de Orientação, do professor, agenda do professor, livros para os alunos, livrinhos de estórias para os alunos, joguinhos.

O Programa, como política pública da Secretaria de Educação do Estado em Alfabetização, caracteriza-se como um discurso regulador, oferece ao mesmo tempo uma estratégia pedagógica e uma estratégia de gerenciamento da alfabetização, o que segundo ele, tem obtido mais sucesso quando as recomendações contidas nos seus manuais são seguidas com fidelidade e quando o professor e a equipe da escola se envolvem para assegurar o sucesso do aluno.

Por ser uma parceria público-privada (Estado x IAB), o Estado pelo modelo de política de gerenciamento do IAB, designou recursos humanos para fazerem o controle e a supervisão do programa. Assim, o programa se materializa através da coordenadora do programa em nível de Estado, nas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) por outra Coordenadora do Programa em nível de região responsável pelo andamento deste nas escolas junto aos gestores e professores.

Percebeu-se, conforme a afirmação de Ball (2005), que alunos e professores precisam adaptar-se aos materiais pedagógicos, ao invés dos materiais pedagógicos serem desenvolvidos a partir do contexto de alunos, professores e condições objetivas das escolas públicas. Essa constatação ficou clara nas

palavras da professora Rosa quando ela falou sobre o material didático do programa, justificando ser bom, porém fora da realidade das crianças, crianças estas que foram privadas de cursar uma pré-escola, que recebem um conteúdo escolar distante de suas imaginações (ex, histórias com personagens desconhecidos para eles), vivendo em diferentes contextos sociais e econômicos.

Conforme apareceu nas entrevistas, fica claro que o controle e enquadramento do trabalho docente às instruções do IAB, desconsiderando os saberes docentes, criam descontentamentos e resistências entre os professores, reforçando uma dicotomia entre discurso e prática como aparece nas falas das professoras Margarida e Rosa.

Senti-me com se recém tivesse começado a trabalhar. Senti-me muito mal, tive vontade de largar. Professora Margarida.
Não estava conseguindo desenvolver o método em seu modelo original, tive que achar outra maneira para que eles sintam mais prazer em vir para a escola. Professora Rosa.

4. CONCLUSÕES

Percebe-se que o professor sofreu com a falta de autonomia sobre seu trabalho docente levando-o a aplicar formas de resistência sobre este e desenvolvendo sentimentos de angústia, ansiedade e insegurança para o desenvolvimento do mesmo. Sobre o controle exercido de diversas formas como livros didáticos, supervisão, os professores após a insegurança inicial do trabalho, começaram a transgredir em suas formas de trabalho, aplicando os conteúdos, porém de acordo com seus saberes pedagógicos.

O que se percebe, é que houve um esvaziamento de responsabilidades por parte do estado, o qual somente financia e deixa a execução de políticas educativas, no caso das escolas pesquisadas, sob a responsabilidade do IAB, deixando a educação pública sob a responsabilidade única dos professores para torna-la de boa qualidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALL, S. J. Profissionalismo. Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v.35, n. 539-564, set./ dez.2005.
- BERNSTEIN, B. Pedagogia, Control Simbólico e Identidad: teoria, investigação e crítica. Madri: Morata; La Coruña: Paidéia, 1998.
- DAMASCENO, E. A O trabalho docente no movimento de reformas educacionais no estado do Acre. Tese de Doutorado, Belo Horizonte, MG, 2010.
- DEL PINO, M. A. B.; VIEIRA, J. S.; HYPOLITO, A. M. Trabalho docente, controle e intensificação: câmeras, novo gerencialismo e práticas de governo. In: A intensificação do trabalho docente: Tecnologias e produtividade/ FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A M; FIDALGO, N L. R (orgs)- Campinas, SP: Papirus, 2009.
- HYPOLITO, A.M. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- MAUÉS, O. Os organismos internacionais e as políticas públicas educacionais no Brasil. In: Currículo e políticas públicas. GONÇALVES, L.A. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 152

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Disponível em <www.educacao.rs.gov.br/pse/html/educa.jsp. Acesso em: 10 set.2008 e 10 abr.2010.

SANTOS, O. J. dos. Organização do processo de trabalho docente: Uma análise crítica. Educação em Revista, nº 10. Belo Horizonte, p. 26-30, 1989.